

## **SEMEAR SOBRE AS CINZAS DA FLORESTA**

Márcia Sanocki Stormowski<sup>\*</sup>

Ainda no século XVIII evidenciou-se a preocupação dos governantes com o aumento da produção agrícola no Rio Grande do Sul. As crises de abastecimento atravessaram o século XIX, e o aumento da área cultivada era tido como uma forma de evitar o desabastecimento alimentar e incrementar as exportações.<sup>1</sup> Havia legitimidade na preocupação com o aumento da produção agrícola e do número de trabalhadores na agricultura do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. A formação dos núcleos povoados por imigrantes estrangeiros, as chamadas colônias<sup>2</sup>, resulta em grande medida da atitude do governo diante dessa questão. Por outro lado, passado mais de um século, temos de reconhecer que o grande aumento da área cultivada, acompanhado do crescimento da indústria (na época quase totalmente voltada para a transformação de matérias-primas, sobretudo composta de oficinas artesanais e manufatureiras), deixou-nos uma herança ambiental penosa na forma como a sociedade se relaciona com o meio ambiente.

O excessivo domínio e exploração do homem sobre as riquezas da natureza geraram um novo problema, o qual (pode-se afirmar sem risco de estar sendo precipitado) está suplantando o paradigma da produtividade: trata-se da sustentabilidade. Esse novo paradigma, de forma geral, atinge em cheio os dois principais pontos negativos do aumento exorbitante da produção e da produtividade. Em primeiro lugar, denuncia o esgotamento dos recursos naturais vitais ao ser humano e à reprodução da própria natureza. Além disso, ao analisar as implicações sociais de tal processo de desenvolvimento, ataca a base essencialmente excludente do sistema econômico capitalista, no qual se cunhou o império da necessidade do aumento constante de produtividade.

Sem condições de aprofundar ambos aspectos, este artigo se propõe a fazer breves observações sobre a relação do homem com a natureza no final do século XIX, utilizando como fonte relatórios de Presidentes da Província e mensagens de governadores do Rio

---

<sup>\*</sup> Mestre em História – UFRGS.

Grande do Sul das décadas de 1870, 80 e 90, além de alguns dados, sobre uma povoação surgida como colônia de imigrantes italianos na região serrana do estado, a Colônia Caxias (a qual originou o atual município de Caxias do Sul).<sup>3</sup>

Ocorria no Rio Grande do Sul nas últimas décadas dos oitocentos uma série de transformações relacionadas a um processo mais amplo, envolvendo a ocupação de novas terras, o desenvolvimento da agricultura mercantil e da chamada indústria do período. No século XIX ocorreu uma ocupação rápida das terras brasileiras, as fronteiras para novas expansões tornaram-se cada vez mais escassas e se aprofundaram conflitos pela legitimação de posses de terras. A colonização de Caxias, promovida pelo governo imperial, insere-se no processo de ocupação das últimas áreas de terras devolutas do Rio Grande do Sul. Como observou Paulo Zarth, os imigrantes da Província, inicialmente alemães e a partir de 1875, italianos, adotaram o mesmo sistema de cultivo dos lavradores nacionais.

“o arcaísmo da agropecuária brasileira é atribuído à ignorância dos lavradores nacionais que teriam aprendido tal sistema dos indígenas e, por comodidade, teriam-no adotado. Visto assim, os ideólogos da imigração européia, de meados do século passado até o presente, insistiam em trazer colonos daquele continente (da Alemanha e Itália principalmente) para desenvolver a agricultura a partir de sua suposta capacidade de trabalho. Porém, assim como os portugueses adotaram um sistema antiquado em relação ao que conheciam em Portugal, os imigrantes do século XIX e XX repetiram o fenômeno”.<sup>4</sup>

O autor considera que essa escolha não ocorreu por uma irracionalidade dos imigrantes, pois técnicas mais modernas de cultivo, com o uso de arado e grade, eram conhecidas desde o início do século XIX, mas entende que a manutenção do sistema primitivo de queimadas foi uma atitude cuja racionalidade vinculava-se às condições existentes para a produção. “Parece óbvio que as razões para que os rudimentares sistemas agrícolas fossem adotados se devem às condições oferecidas pelo ambiente e pela abundância de terras virgens disponíveis”.<sup>5</sup> Assim, os imigrantes adotaram amplamente as queimadas como forma de tornar agricultáveis as terras florestais. O imigrante Paulo Rossato recebeu uma colônia de terras em 1884 e assim descreve o trabalho agrícola:

Caro pai, você deveria ver que bela colônia comprei! Está bem situada e deve ser boa. E se visse quanta lenha existe nela! Em Valdagno seria rico quem tivesse tanta madeira (...). Cortar o bosque, ou o mato, como queiram, é feito da seguinte maneira: inicialmente toma-se uma foice de cabo comprido e cortam-se os caniços e plantas pequenas. Caniços são aqueles cabos de sombrinhas que vem de Valdagno, e que dizem aí ser cana-de-açúcar. Depois, cortam-se todas as

árvores maiores. E, depois de cortadas, deixam-nas lá por um mês, após o qual é posto fogo. Queimam-se as folhas, os caniços e os ramos mais finos. As toras menores e os galhos são então colocados em montes e queimados. Isto eu ainda tenho que fazer. Depois, semeia-se o trigo entre as toras, cobrindo-o com a enxada, e ele cresce sem que seja necessário outro trabalho.<sup>6</sup>

Apesar do seu baixo valor, a importância da madeira no Rio Grande do Sul no século XIX pode ser comparada à da energia elétrica e do petróleo no século XX. A produção e o comércio moveram-se sobre a madeira, usada para construção da maioria das casas e prédios, das pontes, embarcações, carretas, das sapatas dos trilhos das estradas de ferro, além de ter sido amplamente usada como lenha nas residências e para mover máquinas a vapor – principalmente nos navios que faziam o transporte fluvial no estado<sup>7</sup> e nas “marias-fumaças”. A construção de ferrovias intensificou-se na segunda metade do século XIX, principalmente com investimentos ingleses. Em 1905, quando o governo do estado aumentou os impostos sobre a lenha, houve uma mobilização geral contra a medida, com a participação de diversos donos de companhias de navegação.<sup>8</sup>

Alguns indicadores do rápido desmatamento ocorrido nas regiões de colonização podem ser vistos, por exemplo, no crescimento da produção agrícola do estado, que era realizada sobretudo em áreas florestais devastadas da região serrana e dos vales dos rios que afluíam à Lagoa Guaíba, com porto na capital, Porto Alegre – o solo de floresta era mais fértil do que o das áreas de campo, e não precisava ser adubado (“estrumado”). A produção agrícola das colônias era bastante diversificada e cresceu rapidamente. Os principais produtos cultivados eram milho, trigo, feijão, e uva – a produção desta cresceu sobretudo no final do século, cultivada pelos imigrantes italianos.<sup>9</sup>

Outro indício claro do desmatamento é o rápido crescimento das serrarias nas áreas de colonização recente. Como exemplo, cito alguns dados da pesquisa anteriormente mencionada sobre a Colônia Caxias. Em 1894, quase duas décadas depois do início do seu povoamento, existiam na localidade 28 serrarias, ao passo quinze anos depois eram 50 – um crescimento de quase 80%. O maior aumento ocorreu na segunda metade da década de 1890, pois em 1899 já havia 47 serrarias em Caxias.<sup>10</sup> Não apenas o crescimento numérico, como também a diferenciação qualitativa foi significativa: em 1894 havia 4 serrarias a vapor;

cinco anos depois existiam 10 e, em 1909 já havia 14 serrarias a vapor. Estas serrarias espalhavam-se por todo o território, mas o crescimento do seu número acompanhou o estabelecimento dos imigrantes na Colônia.

Para movimentar os motores a vapor, o carvão mineral poderia ser uma boa alternativa econômica à lenha. A exploração de jazidas de carvão no Rio Grande do Sul iniciou durante o século XIX, impulsionada por investimentos ingleses. O governo tinha interesse no carvão para substituir o similar importado da Inglaterra, mas a exploração do carvão do solo sul-rio-grandense demandava tecnologias mais avançadas, o que também aumentava os custos e, conseqüentemente, os seus preços. Até o início do século XX, essas explorações não apresentaram desenvolvimento significativo, quadro que viria a se modificar apenas a partir da Primeira Guerra Mundial. Assim, os industriais de fins do século XIX e início do XX preferiam consumir lenha a carvão.<sup>11</sup> A exploração das jazidas carboníferas, além de ofertar para o consumo interno, também tinha o objetivo de preencher a demanda por gás hidrogênio carbonado, que desde 1875 já era utilizado na iluminação pública das três principais cidades da Província, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas – nas demais cidades utilizava-se nesse período iluminação a querosene.<sup>12</sup>

A exploração do carvão subterrâneo necessitava mudanças nos cursos das águas e outras intervenções prejudiciais ao meio ambiente. Contudo, a preocupação da administração pública, se limitava a garantir a integridade do direito de propriedade:

“O concessionário será obrigado a indenizar os danos e prejuízos que de seus trabalhos de exploração possam provir às propriedades adjacentes; a restabelecer á sua conta o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos, a não perturbar os manaciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando desses serviços resultarem danos a terceiros; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saúde dos moradores da visinhança”<sup>13</sup>

O objetivo expresso era explorar e não deixar se desperdiçarem as riquezas que estavam sepultadas no solo, numa atitude exploratória do meio ambiente sem compreensão dos desequilíbrios ambientais que acarretava.

Nas referências sobre saúde pública e saneamento também se explicitam as formas de poluição da época. O presidente da província afirmava que, diante das epidemias de

febre tifóide e tuberculose, entre outras moléstias endêmicas, como cólera e febre amarela, eram necessários trabalhos de saneamento, “entre os quaes sobrelevam os que concernem ao estabelecimento de uma rêde de exgottos subterraneos e ao abastecimento de água potável”.<sup>14</sup> A falta de remoção de lixo também era sinalizada como uma das causas dos surtos de tifo.<sup>15</sup> Mas com estes melhoramentos estabeleceu-se um outro problema: os esgotos liberavam os resíduos fecais diretamente nos rios, enquanto a água potável também era recolhida de rios, problema que tende a aumentar com o aumento populacional; também a produção de lixo doméstico e industrial aumentava, sem receber tratamento.

Tragicamente, mais de cem anos depois, ainda convivemos com problemas semelhantes, senão mais graves, pois atualmente circulam pelos esgotos resíduos químicos muito mais prejudiciais à natureza e à saúde humana. Apenas nas últimas décadas algumas medidas ambientais têm sido mais enérgicas. Porém, como a cem anos, os problemas ambientais se avultam sem que se criem soluções para reverter o ciclo de destruição que o homem deixa nas áreas aonde leva o modelo de civilização e de crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social e do respeito ao meio ambiente.

Os desequilíbrios ambientais foram percebidos ainda naquele período, mas sem a compreensão da amplitude do problema que estava sendo causado ao meio ambiente. Além disso, as preocupações voltavam-se para a saúde e o bem estar imediato das pessoas.

“Não desconhece esta Assembléa os perigo iminentes a que está exposta a crescente população da cidade com a previsão do apparecimento brusco e infallível de alguma epidemia de character desconhecido e effeitos desastrosos se com indifferença criminosa permittirmos que o lixo, detritos e residuos animaes e vegetaes, continue a ser depositado em toda a extensão das margens fluviaes que limitam a cidade (...). Tão essencial e urgente como o indicado serviço é o transporte e redução á materiais innoxias das águas servidas e das excreções da economia animal na vida doméstica, cujos effeitos deleterios chegam infallivelmente á memória de quem quer que a qualquer hora do dia, principalmente nas de maior recolhimento durante a noite, tenha de transitar por esta cidade, aliás bem situada e ventilada, de ruas largas, calçadas e sempre limpas. É que as aguas correndo pelas sargetas destinadas ao escoamento das pluviaes, e as outras materias depositadas no interior da casas, quer temporariamente em vasilhas, quer permanentemente em sentinas, corrompem o ambiente em que se respira. Estes males se obviam dignando-se a Assembléa resolver sobre o contracto de que tem conhecimento, relativo ao forno de incineração do lixo, autorizando a administração provincial ou a municipalidade a chamar concorrentes para a execução das obras do systema completo de esgotos que for adoptado (...).”<sup>16</sup>

Assim, a solução proposta para o problema do esgoto não encanado e do lixo acumulado foi encanar o esgoto para os rios e encinerar o lixo, sem perceber que essas medidas pouco mais faziam do que transferir o problema de lugar.

Podemos citar diferentes fatores para indicar que um desequilíbrio ambiental começava a crescer em várias regiões do estado: a sedimentação resultante da erosão causada pela destruição da floresta, sobretudo nas áreas de colonização, os constantes serviços de desobstrução e dragagem em diversos rios, que visavam torná-los navegáveis, e o desequilíbrio da composição orgânica das águas causado pelos resíduos domésticos e de fabriquetas. Ainda assim, a preocupação ambiental propriamente dita, quando aparecia nos relatórios e falas do governo, ocorria de modo muito tímido, apenas como parte de um discurso defensor das obras imediatamente necessárias ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, ao bem estar e à saúde da população urbana.

A preocupação com a cobertura florestal chegou a se expressar em uma lei estadual de 1899 – o primeiro conjunto de normas florestais do estado – onde aparece certa preocupação diretamente com a preservação do meio ambiente.<sup>17</sup> A regulamentação da lei previa normas para a derrubada devastadora dos matos e multas para quem as descumprisse, assim como prêmios para quem as cumprisse ou para quem reflorestasse alguma área, dentro de um prazo de dez ou vinte anos, a ser estipulado – esses prêmios seriam essencialmente doações de terras devolutas (ou seja, terras públicas) de 25 a 50 hectares. Definiu-se como “florestas protetoras” aquelas

“situadas nas altitudes, sobre encostas escarpadas, em pontos culminantes, arestas, cumes de montanhas, declives; ou que achando-se localizadas nas regiões das nascentes, em desfiladeiros e barrancos, à beira de rios e arroios; ou que, suprindo enfim, a insuficiência das matas de uma zona, servem de proteção contra as influências climatéricas, as assolações dos ventos, a queda das pedras, os aluimentos do terreno ou depressões, as enxurradas ou inundações”.<sup>18</sup>

As matas deveriam ser preservadas quando sua conservação se tornasse necessária:

“a) à manutenção das terras sobre as encostas e montanhas; b) à defensiva do solo contra as erosões e transbordamento dos rios, arroios ou torrentes; c) à existência das nascentes e cursos d’água; d) à defesa do território na parte da zona fronteira; e) à salubridade pública”.<sup>19</sup>

Assim se previam limites para a derrubada de árvores levando em conta o princípio de que “quanto mais desfavoráveis são as condições do solo e do clima, tanto mais prejudiciais são os cortes muito extensos”.<sup>20</sup> Essa regulamentação, como se pode imaginar, era de difícil execução, e não previa fiscalização especificamente para as normas do Regime Florestal. Merece atenção, contudo, o fato de que a acelerada destruição das florestas merecera uma legislação ainda naquele período. Infelizmente, foi necessário que muitas das espécies arbóreas nativas da região praticamente desaparecessem para que, muitas décadas depois, fosse aprovada uma legislação com punições mais severas.

O modelo de desenvolvimento progressista predatório amplamente adotado no estado nas últimas décadas do século XIX imprimiu seus efeitos ainda nas mudanças percebidas na época, mas que não eram entendidas como tais; pelo contrário, as ações governamentais efetivas ocorriam no sentido de promover o desenvolvimento controlando cada vez mais a natureza e isentando-se de ações objetivas para conter a destruição desta.

Esse artigo não aprofunda o tema o quanto este mereceria. Coloca-se simplesmente como mais uma voz afirmando que a degradação ambiental é o resultado do processo “civilizatório” adotado ao imitar o modelo europeu de desenvolvimento econômico, e que precisa ser revertida. A preocupação crescente que nos dias de hoje cerca a questão do meio ambiente, não resulta de idealismos bucólicos, mas de uma necessidade iminente de modificar as bases da relação homem-meio ambiente. É preciso frear a degradação que atinge proporções e traz conseqüências ainda não totalmente compreensíveis para nós, mas que provavelmente serão compreendidas e, esperamos, não sejam mais aprovadas pelas próximas gerações. Em um ecossistema, os problemas não podem ser simplesmente mudados de lugar sem que isso traga conseqüências para o todo. Desse modo, a prioridade das políticas públicas e também das decisões individuais, que tem sido há mais de cem anos a de buscar o crescimento econômico a qualquer custo, necessita mudar paradigmas e incorporar a preocupação ambiental. O crescimento desmedido precisa ser repensado quando encontra o limite do insustentável.

<sup>1</sup> ZARTH, Paulo Afonso. O Abastecimento e a modernização. In: ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002; LINHARES, Maria Yeda Leite e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *História política do abastecimento: 1918-1974*. Brasília: BINAGRI, 1979.

<sup>2</sup> Chamavam-se colônias aos lotes de terra rurais comprados pelas famílias de imigrantes. Também se denominava colônia a área loteada para venda, que ficava sob uma administração governamental – diretoria da colônia – instalada numa área escolhida para ser a sua sede. Portanto, diferente do significado do termo “colono” para os imigrantes de São Paulo, que representa um contrato de trabalho com o dono da terra, no sul, os colonos se tornaram donos dos seus lotes de terra – ou seja, das suas colônias.

<sup>3</sup> O desenvolvimento socioeconômico da colônia Caxias foi objeto da minha pesquisa de mestrado, que resultou na dissertação defendida este ano no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, intitulada “Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910”.

<sup>4</sup> ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno, op. cit.*, p. 211-212.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 212. O autor utilizou-se das teorias de Boserup sobre a racionalidade dos diferentes sistemas de cultivo. BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec, 1987.

<sup>6</sup> Carta de Paulo Rossato a sua família na Itália de 24/04/1884. In: DE BONI, Luis Alberto. *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1971, p. 35.

<sup>7</sup> Um recibo de compra de lenha pelo vapor União, que transportava produtos sobre o Rio Caí, exemplifica o que está sendo afirmado. De 20 a 30 de novembro de 1907, foram entregues 26 m<sup>3</sup> de lenha por Ludovico Sartori e Cia., pelo que recebeu apenas 26\$000 réis. Fonte: Recibo de 30/11/1907. Fundo de Documentação Privada, Arquivo Particular da Família Sartori, Código: SAR 0077, Caxias do Sul: Arquivo Histórico João Spadari Adami.

<sup>8</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Os Industriais da República*. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1991, p. 170.

<sup>9</sup> Apesar do aumento do consumo interno, a exportação de milho revela o aumento do seu cultivo no estado: durante a década de 1880, o RS exportou em média quase 52 mil sacas de milho por ano (com fortes oscilações de anos para ano); na década seguinte, esse valor aumentou para 126 mil sacas por ano, em média. Dados obtidos a partir de ZARTH, *op. cit.*, p. 254-255. Boa parte do consumo interno de milho servia para alimentação de suínos. A banha, que figurava entre as exportações desde 1866, em 1890 atingia 11% do total de exportações do estado. A exportação de banha tem um crescimento contínuo até a primeira década do século XX: 13 toneladas em 1866, quase 100 toneladas em 1873 e 10.000 toneladas em 1908. FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 62. A produção de vinho também cresceu rapidamente durante o período: de menos de 1000 litros em 1873, saltou para mais de 7 milhões de litros em 1910. GIRON, Lorraine Slomp. O Cooperativismo vinícola gaúcho. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre: EST, 1987, p. 279 e 283.

<sup>10</sup> Fonte: Livros de registro de impostos municipais de Caxias dos anos de 1894, 1899 e 1909. Caxias do Sul: Arquivo Histórico João Spadari Adami, Código: V 03.01.05.

<sup>11</sup> Pesavento, Sandra Jatthy. A indústria carbonífera e a questão energética. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC, n. 2, p. 281-291, 1982.

<sup>12</sup> Falla dirigida à Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, Dr. José Antonio de Azevedo Castro, na segunda sessão da 16ª legislatura. Porto Alegre, Typografia Rio Grandense, 1876. In: site Universidade de Chicago <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/908/index.html>>, pág. 30. Consulta em 27/05/2005.

<sup>13</sup> Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça passou a administração da Província do Rio Grande do Sul ao Presidente Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova em 27 de janeiro de 1888. Porto Alegre: Oficinas Typograficas do Conservador, 1888. In: site Universidade de Chicago <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u767/index.html>>. Consulta em 27/05/2005.

<sup>14</sup> Mensagem enviada à Assembléa dos Representantes do estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 3ª sessão ordinária da 3ª legislatura, em 20 de setembro de 1899. Porto Alegre, Oficinas Typograficas d'A Federação. In: In: site Universidade de Chicago <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u779/index.html>>, pág. 12. Consulta em 27/05/2005.

<sup>15</sup> Falla que o exm. sr. dr. Joaquim Galdino Pimental, presidente da província, dirige à Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por ocasião de ser installada a 1ª sessão da 23ª legislatura, em 1º de março de 1889. Porto Alegre, Oficinas Typographicas do Conservador, 1889. In: site Universidade de Chicago <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/921/index.html>>, pág. 22. Consulta em 27/05/2005.

<sup>16</sup> Falla que o exmo. sr. dr. Joaquim Galdino Pimental, presidente da província, dirige à Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por ocasião de ser installada a 1ª sessão da 23ª legislatura, em 1º de março de 1889. Porto Alegre, Oficinas Typographicas do Conservador, 1889. In: site Universidade de Chicago <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/921/index.html>>, pág. 23. Consulta em 27/05/2005.

<sup>17</sup> Lei n. 28 de 5 de outubro de 1899 (decreta e promulga a lei sobre terras públicas); Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900 (Aprova o regulamento para execução da Lei n. 28 de 5 de outubro de 1899). In: IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Colonização* (org.). Legislação de 1747-1915. Porto Alegre: Assembléa Legislativa/ Caxias do Sul: UCS, 2001, p. 747-749 e 752-774.

<sup>18</sup> Art. 168, Cap. I, Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900. In: IOTTI, *op. cit.*, p. 770.

<sup>19</sup> Art. 179, Cap. II, Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900. In: *Idem*, p. 772.

<sup>20</sup> Art. 185, Cap. II, Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900. In: *Idem*, p. 772.